



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3



**Processo nº:** 26.595/14  
**Origem:** Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF  
**Assunto:** Consulta  
**Órgão Técnico:** Secretaria de Fiscalização de Pessoal  
**MP:** Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE  
**Sessão:** Pauta nº 15, S.O. nº 4848, de 8.3.2016  
**Publicação:** DODF nº 44, de 7.3.2016, pág. 17/18

**Ementa:** Consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, acerca da possibilidade de averbação de tempo de serviço prestado às Forças Armadas, para fins da aposentadoria especial de que trata a Lei Complementar nº 51/1985. PARECERES CONVERGENTES: esclarecimentos sobre a impossibilidade da contagem questionada e arquivamento dos autos. Na Sessão de 15.12.2015, VOTEI pela possibilidade da contagem do tempo de serviço como atividade estritamente policial. VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (Decisão nº 6.033/15-CPM). O nobre Revisor, divergindo deste Relator, VOTA de acordo com os Pareceres. Distribuição antecipada dos votos (de vista e do Relator) na forma do art. 54, inciso II do RI. Prosseguimento do julgamento iniciado na S. O. nº 4834. Revendo meu posicionamento, VOTO com o Revisor.

## RELATÓRIO

Na S.O. de 15.12.2015 submeti à apreciação deste egrégio Plenário o Voto de fls. 67/69, o qual faço transcrever:

*“5. Nesta fase examina-se o teor da consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, acerca da possibilidade de averbação do tempo de serviço prestado às Forças Armadas para fins de aposentadoria especial.*

*6. O Corpo Técnico e o douto Ministério Público sugerem o conhecimento da peça por cumprir os requisitos de admissibilidade elencados no Regimento Interno desta Corte. Em consequência,*



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3



*opinam os Pareceres por que se informe à consulente sobre a impossibilidade de aplicar o benefício da Lei Complementar nº 51/85 na hipótese mencionada.*

7. O referido diploma legal dispõe em seu art. 1º que:

*“Art. 1º O servidor público policial será aposentado:*

*I - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados;*

*II - voluntariamente, com proventos integrais, independentemente da idade:*

*a) após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 20 (vinte) anos de **exercício em cargo de natureza estritamente policial**, se homem;*

*b) após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de **exercício em cargo de natureza estritamente policial**, se mulher.”*

8. *Conforme interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3817/DF, a atividade estritamente policial não é só o exercício do cargo em si, mas também o efetivo desempenho de atribuições em condições de risco ou que representem prejuízo à saúde ou à integridade física do agente.*

9. *Verifico que a questão em exame não se encontra pacificada, em especial por ter a Carta Magna distinguido as carreiras e as atividades das Forças Armadas e de Segurança Pública em capítulos distintos:*

## *"CAPÍTULO II*

### *DAS FORÇAS ARMADAS*

*Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e **destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.***

*(...)*

## *CAPÍTULO III*

### *DA SEGURANÇA PÚBLICA*

*Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, **é exercida para a preservação***



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3



**da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos :**

*I - polícia federal;*

*II - polícia rodoviária federal;*

*III - polícia ferroviária federal;*

*IV - polícias civis;*

*V - polícias militares e corpos de bombeiros militares."*

10. Tenho que a opção do Constituinte em regular as carreiras em diferentes capítulos não têm o condão de afastar a similitude de suas atribuições. Não restam dúvidas de que os militares das Forças Armadas exercem atividades semelhantes a de um policial, uma vez que prezam não só pela defesa da Pátria, mas também pela preservação da ordem pública interna.

11. Como bem pontua o Coronel Fernando Carlos Santos da Silva<sup>6</sup>:

*"As Forças Armadas são, portanto, os instrumentos disponíveis para o exercício do direito de autodefesa de cada país.*

*Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional e ter, internamente, sua situação político-social relativamente estabilizada, o Brasil pode ser compelido a envolver-se em conflitos externos ou internos."*

12. Os integrantes das Forças Armadas devem sempre estar em estado de alerta para possíveis perigos à nação e, se necessário, tem o dever de se submeterem a toda a sorte de riscos, inclusive à sua integridade física, visando promover a **segurança nacional**, em prol da defesa da pátria, da proteção dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

13. Além dessa função precípua, a Constituição Federal, em seu art. 136 e 137, prevê:

**"Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de**

---

<sup>6</sup> Coronel do Exército. Formado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1978 e em Direito pela Faculdade de Direito de ITU – SP em 1984. Mestre em Aplicações Militares em 1988 e Doutor em Aplicações, Planejamento e Altos Estudos Militares em 1998.  
([www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1178](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1178))



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3



*grandes proporções na natureza. [...]*

Art. 137. O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o **estado de sítio nos casos de:**

**I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;**

**II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira”**

14. Ademais, outras normas legais regulamentam que as Forças Armadas, de forma subsidiária, auxiliem as polícias civil, militar e federal na atividade de manter a **segurança pública**. O arts. 16 e 15, § 5º da Lei Complementar nº 97/99 e art. 3º do Decreto nº 3.897/01 estão assim redigidos:

**\* Lei Complementar nº 97/99**

“Art. 15. [...]:

§5º Determinado o **emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem**, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, **transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública** necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins.”

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como **atribuição subsidiária** geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.”

**\* Decreto nº 3.897/01**

“Art. 3º Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a **garantia da lei e da ordem**, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.

Parágrafo único. Consideram-se esgotados os meios



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3



*previstos no art. 144 da Constituição, inclusive no que concerne às Polícias Militares, quando, em determinado momento, indisponíveis, inexistentes, ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.”*

15. *Frisa-se que nos dias atuais esta Força tem desempenhado importante papel na segurança pública ao pacificar comunidades, realizar “blitzen”, deter criminosos, apreender armas etc, a exemplo do que vem ocorrendo nos Estados de fronteira, bem como no Rio de Janeiro e em São Paulo.*

16. *Percebe-se da simples leitura dos dispositivos suso transcritos que as atividades desempenhadas pelos policiais e pelos integrantes das Forças Armadas podem ser equiparadas quanto às condições de risco e às possibilidades de prejuízo à saúde e à integridade física. Desta forma, não vislumbro óbices à contagem ponderada do tempo de serviço para fins de aposentadoria daqueles servidores oriundos das Forças Militares.*

17. *Cabe, ainda, trazer à baila excerto de trabalho interpretativo do especialista em Direito Público e em Ciências Criminais, Luciano Machado Ferreira:*

*“Feito este breve resumo é perceptível que a **atividade pretérita do servidor policial às Forças Armadas** deve ser contado pela Administração Pública no requisito dos 20 (vinte) anos da LC 51/85, pois, tal atividade pretérita **é de risco como bem demonstrado e os servidores militares no seu dia-a-dia exercem atividade policial** também, além de é claro contribuir para a nossa segurança pública, como visto nos dias atuais.*

***A não admissão deste critério vem contribuindo para uma enorme insegurança na via administrativa**, pois, há casos de servidores que saíram das Forças Armadas após longo período de serviço prestado e venham engrandecer com sua vivência o serviço policial e após alguns anos de colaboração com o serviço policial se deparam com a Administração dizendo que o tempo de serviço pretérito prestado às Forças Armadas não é computado como atividade de risco.*

*(...)*

*Ora, quando o **constituente originário concedeu aposentadoria especial a certas categorias** é que **nestas a vida laborativa exige um grau de sacrifício maior que nas outras categorias. Tais atividades requerem deste servidor um desprendimento maior que em de outras categorias.** Daí, vir agora e impor a este servidor um sacrifício maior que o suportável é injustificável. A Administração Pública vem dizendo que o servidor que*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3



*prestou serviço anteriormente nas Forças Armadas: “aquele risco que você exerceu na atividade de militar das Forças Armadas, aqui para nós da atividade de risco polícia não é computada”. Isto além de não ser legal do ponto de vista jurídico chega a ser abominável.”*

18. Por fim, deve-se considerar que a cessão de servidores, via de regra, não busca a tutela de interesses subjetivos. O instrumento constitui importante ferramenta de realocação de servidores com vistas ao saneamento de situações de **necessidade pública**. Nesse sentido, totalmente inadequado seria apenas o servidor com o afastamento de contagem ponderada inerente ao cargo de policial civil quando este afasta-se do exercício de suas atribuições no órgão de origem para laborar em outros órgãos e assim **atender a necessidade da Administração**.

Com estes esclarecimentos, lamentando divergir dos Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

*I. tome conhecimento da Consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, previstos no art. 194 do Regimento Interno deste Tribunal;*

*II. esclareça ao consulente que o tempo prestado às Forças Armadas poderá ser considerado como exercício em cargo de natureza estritamente policial, para fins de concessão da aposentadoria prevista na Lei Complementar nº 51/85; e*

*III. autorize o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.*

2. Naquela assentada, o Tribunal, acolhendo solicitação formulada pelo Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, deferiu-lhe vista dos autos (Decisão nº 6.033/15-CPM, fl. 70).

3. O digno Revisor apresentou o Voto de Vista de fls. 71/75, com o seguinte teor:

*“Pedi vista do presente feito, nos termos vazados na Decisão n.º 6.033/2015 (fl. 70), para melhor me inteirar da matéria nele tratada.*

*Cinge-se a questão proeminente nos autos em examinar se o tempo de serviço prestado às Forças Armadas pode ser computado para efeito de aposentadoria especial de policial civil, nos termos propugnados pela Lei Complementar n.º 51/1985.*

*Pois bem. A questão não é, ao contrário, nova nesta Casa. De fato, muito já se debateu e se discutiu proficuamente sobre outras*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3



*atividades, não estritamente policiais, que podem ser computadas para tal efeito, com o intuito de atender ao que dispõe a lei de regência da aposentadoria especial do policial civil.*

*Da mesma forma, já tive oportunidade de inúmeras vezes apresentar meu entendimento pessoal sobre o tema, ora aceitando ora refutando as ponderações apresentadas, sem, no entanto, jamais abandonar a discussão jurídica que tanto caracteriza e distingue esta egrégia Corte. Nesse sentido, pois, que chamo à reflexão, uma vez mais, meus ilustres pares.*

*Conforme demonstrado à saciedade pela unidade instrutiva e pelo Parquet, a jurisprudência pátria é firme em não reconhecer como possível a contagem do tempo prestado às Forças Armadas como estritamente policial. Em que pese à incontestável independência de instâncias, deve-se ter em mente que a melhor e definitiva interpretação de lei infraconstitucional, por determinação da própria Carta Maior, foi deferida ao Superior Tribunal de Justiça, o qual se manifestou<sup>1</sup> pela impossibilidade da contagem defendida pelo douto relator. E não é só.*

*No âmbito da justiça comum, vários são os exemplos<sup>2</sup> de cortes estaduais que comungam com o posicionamento externado pela Tribunal da Cidadania, no sentido de que o tempo prestado às Forças Armadas não pode ser computado como estritamente policial.*

*Atento ao problema, o Tribunal de Contas da União determinou ao Ministério da Justiça a adoção de providências com vistas à edição de normativo que delimite as atividades/atribuições que devem ser enquadradas como 'estritamente policial', a teor do art. 1º da Lei Complementar n.º 51/1985 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.<sup>1</sup>*

*Como se nota, portanto, este Tribunal, ao encampar o voto registrado nos autos, estaria a caminhar, de forma isolada, contra a grande e remansosa maioria da jurisprudência. Nada obstante, os argumentos ainda se somam.*

*Acredito, com a devida vênia, que o entendimento mantido por Sua Excelência, no que tange à similaridade de atribuições entre as forças armadas e o trabalho do policial civil, merece outro viés interpretativo.*

*Muito embora se possam enxergar liames de congruência entre as duas atividades (militar das Forças Armadas e policial civil), respeitadas as opiniões em contrário, entendo que suas atribuições são claramente diferenciadas, até pela disposição topológica na Constituição Federal. Afinal, é espontâneo, ainda que não*

<sup>1</sup> REsp 1.357.121/DF.

<sup>2</sup> ACJ 20120111934605 – TJDF; MS 3639025 – TJPE; APL 827134920088190001 – TJRJ.

<sup>1</sup> TCU - Processo nº TC 005.629/2013-6. Acórdão nº 1882/2015 – TCU – Plenário.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3



*definitivo, que o local onde o comando legal imaginado pelo constituinte é inserido indica muito de sua abrangência e alcance.*

*De fato, tende à lógica considerar que o texto constitucional foi organizado no sentido de que normas diversas fiquem em fragmentos legais diferentes. Nessa seara, cumpre rememorar que, no artigo 142, o constituinte, ao disciplinar as Forças Armadas, estabeleceu suas atribuições como sendo de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais, bem como da lei e da ordem. A seu turno, as atribuições das polícias civis – responsabilidade pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio – encontram-se transcritas apenas no art. 144 da Lei Maior, que trata da segurança pública.*

*Em estudo sobre regras de hermenêutica, Alberto Marques dos Santos analisa:*

*“A regra conclama à interpretação sistemática, que, em certa medida, inclui uma interpretação ‘topológica’. O lugar em que determinada disposição é inserida, dentro do texto legal, pode indicar algo a respeito de sua abrangência e alcance. O texto legal é organizado em partículas principais, os artigos, que podem ser subdivididos em sub-partes, fragmentos subordinados, que são os parágrafos, os incisos, as alíneas. É intuitiva a noção de que as disposições de um inciso têm abrangência limitada às hipóteses ou à situação contemplada no artigo a que o inciso está subordinado.”<sup>2</sup>*

*Veja-se, portanto, que, embora ambas persigam a defesa da ordem pública, o campo de atuação é totalmente diferente. Em realidade, a recente utilização, com respaldo constitucional, das Forças Armadas na garantia da segurança pública no seio dos municípios, como ocorreu no Rio de Janeiro, representa excepcionalidade constitucional que não traduz, segundo entendo, em regra a ser abarcada pela Lei Complementar n.º 51/1985.*

*Assim, enquanto as Forças Armadas cuidam da segurança nacional, as polícias civis atuam no âmbito da segurança pública. São coisas distintas. Aproprio-me das ponderações do Ministro do STJ, Humberto Martins:*

*“O tempo de serviço prestado perante as Forças Armadas deve ser contado como tempo de efetivo serviço, para fins de aposentadoria. Essa realidade é incontroversa, tanto é que o DF afirma que foi anotado tal tempo de serviço prestado.*

*Contudo, face aos limites interpretativos inscritos no texto do art. 1º, I, da LC nº 51/1985, não se pode extrair dele norma que autorize a densificação do conceito de atividade*

<sup>2</sup> DOS SANTOS, Alberto Marques. **BREVE INTRODUÇÃO ÀS REGRAS CIENTÍFICAS DA HERMENÊUTICA**. Curitiba: Revista Jurídica do Paraná, ano 02, número Especial, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.amapar.com.br/images/stories/RevJudiciaria50Anos.pdf>. Acesso em 01/02/2016.





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3



*estritamente policial por atividade cujo exercício seja assemelhado, e não efetivamente coincidente.*

*Os dizeres do art. 1º, I, da LC nº 51/1985 são claros quanto ao seu fito restritivo, razão pela qual a interpretação do referido texto, tomada como atividade de construção criativa de significados, não pode se furtar da compreensão restritiva do que se depreende de atividade estritamente policial. Não é possível, portanto, atribuir ao texto da norma o condão ampliativo de abarcar atividades análogas ou, supostamente, equivalentes a de policial, tendo em conta que a norma preconiza atividade estritamente policial.*

*Nessa balada, não merece prosperar o esforço do ora apelante de densificar a norma, mediante o raciocínio de que a atividade prestada perante as Forças Armadas - face à exposição à integridade física, ao uso de armamentos, entre outras aproximações - estaria sediada como atividade policial.*

*Ora, firmando-me nos lindes do texto em exame, tenho que a norma extraível não comporta tal alargamento, haja vista que o vocábulo estritamente revela o acolhimento apenas de atividade policial (polícia civil ou militar). Extrapolar esses limites, como quer o apelante, implica violar o primado da legalidade, uma vez que a interpretação pleiteada deturparia os signos contidos no texto, ocasionando, com isso, o implemento, por parte da Judiciário, de ilegal exercício da jurisdição.'*

*A prestação jurisdicional cinge-se a dizer o direito, de tal modo que, ao me debruçar sobre o texto do art. 1º, I, da LC nº 51/1985, descortino que, entre os significados admissíveis, não figura a prestação de serviço perante as Forças Armadas como atividade estritamente policial.<sup>3</sup>."*

*Ante todo o exposto, portanto, lamentando dissentir do ilustre Relator, VOTO acolhendo as proposições da unidade instrutiva e do Parquet."*

4. Passo à análise das ponderações feitas pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

5. De início é importante frisar que o julgado da 2ª Turma do STJ (Resp. nº 135.712-1/DF) é pioneiro e não pode ser considerado como jurisprudência firme. Não se tratando de súmula vinculante, os julgados, mesmo de tribunais superiores não são imutáveis. Renovação em suas composições, modificação de entendimento das turmas e seções e até

<sup>3</sup> STJ – Resp 1.357.121 - DF. Relator: Ministro Humberto Martins. Julgamento em 28.05.2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3



mesmo a superveniência de novas leis sobre a matéria podem influenciar o direcionamento da jurisprudência.

6. É possível observar que decisões de primeiro grau já foram proferidas em contrariedade ao julgado do STJ<sup>1</sup>. Essas decisões, seja por recurso próprio ou pelo duplo grau obrigatório certamente serão objeto de análise e os Tribunais Superiores uniformizarão o entendimento firmando a jurisprudência.

7. Ademais, cabe ressaltar que esta Corte de Contas, como é cediço, não está obrigada a seguir as decisões judiciais em questão, haja vista a independência das instâncias.

8. Quanto à interpretação constitucional (§§ 8º a 14 de fls. 67/68) trazida à baila, reitero os termos do meu Voto anteriormente apresentado. Porém merece ser devidamente considerada a decisão relativamente recente (2013) adotada pelo e. STJ no RESP 1.3527.121-DF colacionado pelo nobre Revisor.

9. As atividades exercidas pelo policial civil e pelos militares das Forças Armadas realmente não são idênticas. Contudo, não se pode dizer que a atividade “*policial*” prestada pelas Forças Armadas em Estados da Federação é apenas uma exceção. A cada dia, mais atribuições, diversas daquelas constitucionais, vêm sendo exercidas pelas FFAA, como combate a mosquitos transmissores de doenças, segurança pública, construção e conservação de estradas, entre outras. Entender que tais atividades são exceção, não se está apenas proibindo a contagem de tempo de serviço para aposentadoria especial, mas também se está confirmando que há desvio de função do efetivo das Forças Armadas.

10. Essa incongruência talvez seja equacionada com a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 330/2006 que “*dispõe sobre a aposentadoria do servidor público, policial, nos termos do art. 40, § 4º, inciso III, da Constituição Federal, conforme redação da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005.*”

11. No referido PLP, o art. 3º, § 3º, inciso VII assim preconiza:

“Art. 3º

(...) ”

---

<sup>1</sup> Processo nº 0079454-61.2010.4.01.3800, da 22ª Vara Federal – Seção Judiciária de MG



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3



*§ 3º Serão considerados tempo de efetivo serviço em atividade de risco, para os efeitos desta Lei, os seguintes períodos:*

*(...)*

*VII – o tempo efetivamente exercido em cargo militar, prestado às Forças Armadas e às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.*

12. De toda forma, a questão só será pacificada pelo e. Superior Tribunal de Justiça que firmará jurisprudência sobre o tema, seja para conceder ou negar a contagem de tempo de serviço prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria especial que trata a Lei Complementar nº 51/1985.

Pelo exposto, para evitar maiores discussões e delongas e por seus judiciosos fundamentos revejo meu entendimento para acompanhar o nobre Revisor (sempre atento aos embates judiciais com reflexo sobre a atuação dos Tribunais de Contas) e VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da Consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, previstos no art. 194 do Regimento Interno deste Tribunal;

II. esclareça ao consulente que o tempo prestado às Forças Armadas não poderá ser considerado como exercício em cargo de natureza estritamente policial, para fins de concessão da aposentadoria prevista na Lei Complementar nº 51/85, por ausência de fundamentação legal; e

III. autorize o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

Sala das Sessões, 17 de março de 2016.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro - Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).